

AMBIENTE Proposta que está no Senado prevê a supressão de 30 mil hectares para a implantação de fazendas de camarão

Projeto de lei visa a redução de mangues

GLAUCE GOUVEIA

FREE-LANCE PARA A AGÊNCIA FOLHA

Superada a discussão inicial sobre o novo Código Florestal brasileiro, o Congresso já tem em mãos uma nova polêmica ambiental: os mangues.

Projeto de lei que tramita no Senado prevê a supressão de 30 mil hectares de mangue no país para a implantação de fazendas de camarão, a chamada carcinicultura.

Apresentado pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) em agosto passado, o projeto já sofreu mudanças, sob a pressão de entidades ambientalistas, mas o texto ainda não é final e pode ser alterado.

O texto original previa a destinação de até 10% dos 2,5 milhões de hectares de mangue para a criação de camarão. Agora, a área que pode ser explorada é muito menor, mas implica um segundo problema.

Segundo emenda apresentada pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), só poderão ser usadas áreas de salinas e viveiros de peixe desativados.

"Essas áreas estão rebrotando. E, de acordo com a Lei de Crimes Ambientais (número 9.605/98), há penalidades para quem destruir áreas de preservação em período de formação de vegetais", afirma Marcelo Mesel, conselheiro da SNE (Sociedade Nordestina

de Ecologia).

O projeto de lei, se aprovado, alteraria o artigo 3º do Código Florestal, que prevê a supressão parcial de áreas de preservação permanente só quando for necessária a execução de obras de interesse social ou de utilidade pública. Ainda não há previsão de votação.

"Menina dos olhos"

No Brasil, 85% dos manguezais estão localizados nos Estados do Amapá, Pará e Maranhão. Outros 10%, no restante do Nordeste, e apenas 5% no Sul e no Sudeste.

Segundo Mesel, o Nordeste é a "menina dos olhos" dos criadores de camarão. "As condições climáticas são as mais favoráveis à produção e quase não existem fazendas de camarão no Norte do país", diz.

Não há estatísticas disponíveis sobre o grau de degradação das áreas de mangue.

Mesel afirma que a SNE faz blitzes ocasionais e constatou diversos casos de destruição de manguezais no Nordeste sem acompanhamento por parte do poder público.

Segundo a sociedade, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Santa Catarina são os Estados onde há o maior grau de agressão aos manguezais, por conta da carcinicultura, de construções imobiliárias ou pelo lançamento de esgotos sem tratamento.



Cosmo Benedito de França, catador de caranguejo no mangue do Porto do Capim, em João Pessoa, Paraíba, em busca do animal

O engenheiro agrônomo da SNE, Raul Soares, afirma que ainda assim o mangue é um ecossistema bastante preservado no país. Mas ele busca o exemplo de outros países para reforçar sua preocupação com a legislação em estudo no Senado.

Dados da SNE indicam que o maior produtor de camarão do

mundo, a Tailândia, perdeu mais da metade de seus manguezais desde 1960. O país responde por 22,9% da produção mundial.

No segundo maior produtor, o Equador (17,1% do mercado), estima-se que houve a perda entre 20% e 40% dos 362 mil hectares de mangue do país

"Essa destruição teria forte im-

pacto social. No mangue se criam naturalmente peixes, crustáceos e moluscos, utilizados pelas populações locais para a produção de alimentos, de medicamentos e de combustível vegetal", diz Mesel.

Além disso, o mangue previne a erosão das costas, prendendo material de aluvião (depósitos de

areia e cascalho resultante de enxurradas às margens de rios).

"É útil no tratamento dos afluentes, porque as plantas absorvem os excessos de nitratos e de fosfatos e previnem a contaminação das águas. Trata-se do ecossistema que tem a maior quantidade de vida por volume", diz Mesel.

Mudança gera empregos, diz senadora

FREE-LANCE PARA A AGÊNCIA FOLHA

A geração de emprego, renda e divisas é a justificativa da senadora Maria do Carmo Alves para a apresentação do projeto.

De acordo com a ABCC (Associação Brasileira de Criadores de Camarão), a produção nacional tem dobrado a cada ano e há 60 mil pessoas empregadas direta ou indiretamente na atividade.

O faturamento previsto para este ano é de US\$ 200 milhões.

"Levamos em consideração ainda que nosso país tem a maior reserva de mangues do mundo. Mesmo utilizando este limite (de 30 mil hectares para carcinicultura), ainda continuaríamos recordistas", diz.

Em 1997, foram produzidas 7.000 toneladas de camarão no país. No ano passado, foram 15 mil toneladas, cifra que a indústria prevê dobrar neste ano. Os criadores pretendem exportar de 40% a 50% da produção.

O Nordeste é responsável por 70% do total, com 7.800 hecta-

res de viveiros em operação. "Há 300 mil hectares na região propícios para o cultivo, que renderiam 1 milhão de toneladas por ano, gerariam US\$ 7 bilhões em renda e R\$ 1,5 milhão de empregos diretos e indiretos", diz o presidente da ABCC, Itamar de Paiva Rocha.

Yara Schaeffer Novelli, responsável pelo Laboratório Bioma (Biotecnologia de Manguezais) da USP (Universidade de São Paulo), questiona a relação custo/benefício. "Como ficam as populações caiçaras que dependem do manguezal para sua subsistência? A fonte de subsistência delas não seria transferida para uma pequena parcela de empresários?"

Rocha disse que os pequenos e médios produtores detêm 39,15% das áreas exploradas, mas que, em termos numéricos, já representam 82% dos empreendimentos. "Isso coloca por terra a idéia de que essa atividade beneficia apenas os grandes investidores."

Para ele, a resistência é resultado de desinformação. "Eles não sabem, por exemplo, que, dos 400 produtores nacionais, 340 são pequenos, que cultivam numa área média de 4,9 hectares e têm rendimento mensal de R\$ 7.000." (GG)